

SUMÁRIO

O papel do tribunal de contas no controle das parcerias público-privadas, 11

ANTONIO ROQUE CITADINI

I. Introdução	12
II. O Controle Externo no mundo	13
III. Dois sistemas: Tribunais de Contas e Controladorias	15
IV. Os Tribunais de Contas no Brasil.....	16
V. Jurisdição e competências do Tribunal de Contas	18
VI. A fiscalização após 1988	20
VII. As parcerias público-privadas – PPP	21
VIII. A fiscalização dos contratos de parcerias público-privadas	22
IX. Operacionalização das auditorias, pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	23
X. Documentos que os órgãos jurisdicionados devem enviar ao Tribunal	24
XI. Considerações Finais	29

Arbitragem e contratos administrativos de PPP, 31

CAROLINE BOTSCHAN BRANDT

I. Introdução	32
II. Considerações Gerais sobre Arbitragem	33
III. Flexibilização das Relações Contratuais	34
IV. Arbitragem e Indisponibilidade do Interesse Público	36
V. Vantagens da Arbitragem	40
VI. Conclusão	42
VII. Bibliografia	43

Parceria público-privada: contabilidade pública e contabilidade privada, 45

EDISON CARLOS FERNANDES

I. Introdução	46
II. Princípios contábeis do parceiro privado	46

III. Lógica das finanças privadas e lógica das finanças públicas	48
IV. Princípios contábeis do parceiro público	50
V. Necessidade de observância da diversidade de regimes contábeis	51

Reajuste e revisão nas parcerias público-privadas revisitando o risco nos contratos de delegação, 53

FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO

I. Introdução: notas sobre o conceito jurídico de parceria	54
II. PPP como contrato administrativo peculiar	67
III. As PPP como arranjo negocial de risco	71
IV. Diferentes remunerações do particular na PPP	76
V. Reajuste e revisão: a distinção clássica e sua aplicação para as PPP ..	78

Reflexões sobre o papel dos financiadores nas parcerias público-privadas (PPPs), 87

LUIS EDUARDO PATRONE REGULES

I. Aspectos introdutórios	88
II. O desafio do planejamento	91
III. Ainda sobre o planejamento	93
IV. A motivação na adoção do modelo PPP: mais uma chance ao planejamento	94
V. A sociedade de propósito específico (SPE)	96
V.I. O perfil da SPE	96
V.II. A SPE e os financiadores privados	97
VI. O fundo garantidor de PPPS (FGP)	101
VII. Outros mecanismos precipuamente destinados aos investidores privados	104
VII.I. Emissão de nota de empenho	104
VII.II. Indenização por extinção antecipada do contrato	105
VII.III. Garantias	105
VII.IV. Arbitragem	106
VIII. Notas finais	109

Parcerias público-privadas no Brasil – o papel didático da lei do estado de Minas Gerais, 111

MARCO AURÉLIO DE BARCELOS SILVA

I. Introdução	112
II. Apresentando o pano de fundo do raciocínio	114
II.I. Parcerias público-privadas - significado e significante	114
II.II. Sentido amplo e sentido estrito do vocábulo "parceria público-privada"	115
III. Decodificando o contrato de parceria público-privada	116
III.I. O arquétipo legal dos contratos de PPP	116
III.II. A nova dimensão das concessões brasileiras	119
IV. Os traços metodológicos de um contrato de PPP	123
IV.I. Programa de PPP – diretrizes e princípios	124
IV.II. Programa de PPP – aspectos orgânico-formais	126
V. Das conclusões	130
VI. Referências bibliográficas	132

A contratação de parceria público-privada no âmbito municipal, 135

MARIA CECÍLIA CURY CHADDAD

I. Introdução	136
II. Considerações de ordem geral sobre o tema	136
III. As parcerias público-privadas no âmbito dos Municípios	140
III.I. Autonomia municipal	140
III.II. Contratação de parcerias público-privadas no âmbito municipal	140
IV. Considerações Finais	147
V. Bibliografia	148

As parcerias público-privadas à luz do artigo 175 da Constituição Federal, 149

MARIANA CAMPOS DE SOUZA

I. Introdução	150
---------------------	-----

II. Breves noções sobre PPP e os serviços e atividades objeto desse instituto	151
III. Interpretação do art. 175 da Constituição Federal	157
IV. Abrangência e Efeitos da Aplicação do Art. 175 da Constituição Federal às PPP	161
V. Bibliografia	164

Sociedade de propósito específico nas parcerias público-privadas, 165

RENATA FIALHO DE OLIVEIRA

DANIEL GRUENBAUM

I. Introdução	166
II. Justificativa	167
III. Constituição	168
III.I. Momento da constituição	168
III.II. Tipo societário	169
III.III. Controle inicial	170
III.IV. Objeto da Sociedade	170
IV. Transferência do controle	171
IV.I. Transferência do Controle para Financiadores	174
V. Participação da Administração Pública no Capital Social	176
VI. Conclusão	176

Parcerias público-privadas em Portugal, 177

SIMON RIEMANN COSTA E SILVA

I. Introdução	178
II. Reforma do Estado	179
III. Parcerias público-privadas: conceito e origem do instituto	182
IV. Experiências de parcerias público-privadas em Portugal anteriores ao atual regime	184
V. O regime de parcerias público-privadas em Portugal: análise do Decreto-lei nº 86/2003 e confronto com alguns pontos do regime brasileiro	186
V.I. Disposições gerais	186
V.II. Âmbito de aplicação	188

V.III. Regime contratual	189
V.IV. Hipóteses de exclusão do âmbito do Diploma	193
V.V. Cadeia concursal	195
V.VI. Fiscalização, acompanhamento, alteração e reposição do equilíbrio financeiro das parcerias	197
VI. Conclusão	199
VII. Bibliografia	199

Contratação de PPP por consórcios públicos, 201

VANESSA TAFLA

CAROLINA CAIADO LIMA

I. Alguns apontamentos sobre consórcios públicos	203
II. Contratação de parceria público-privada por consórcio público	212
III. Alguns desdobramentos relativos à contratação de PPP por consórcio público	215
III.I. Requisitos	215
III.II. Objeto da PPP	217
III.III. Garantia de aporte de valores ao consórcio	217
III.IV. Retirada de ente consorciado ou extinção do consórcio público	219
IV. Considerações finais	222
V. Bibliografia	223

Três anos da lei de parceria público-privada, 225

VERA MONTEIRO

I. Introdução	226
II. O que são contratos de parceria público-privada?	226
III. PPP, LRF e Orçamento público	234
IV. Portaria nº 614 da secretaria do tesouro nacional	243
V. Licitação para contrato de PPP	245
VI. Conclusões	255